

Avaliação Longitudinal do Desempenho dos Países com Base nos Indicadores de Governança Mundial

Autoria

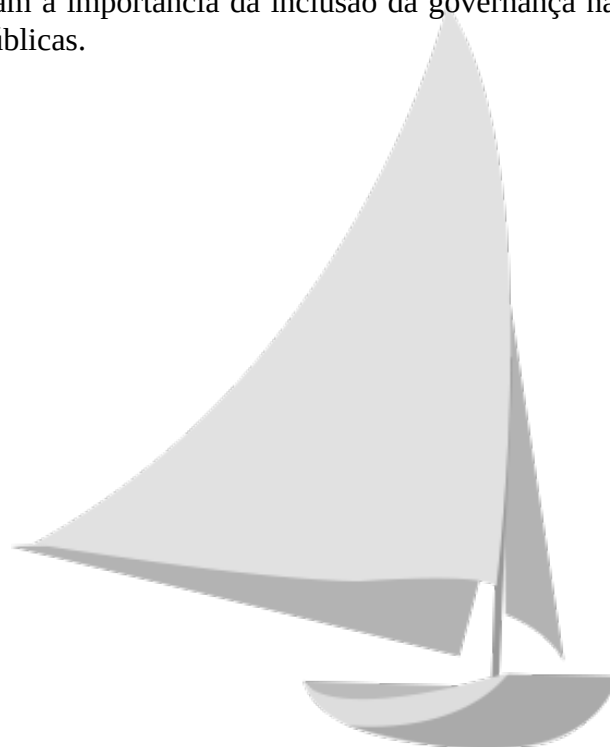
Heloisa Benevides Pontes Aragão - heloisa.aragao@gmail.com
Governança/Secretaria Municipal das Finanças

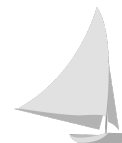
Sérgio Henrique Arruda Cavalcante Forte - sergioforte@unifor.br
Prog de Pós-Grad em Admin de Empresas - PPGA/UNIFOR - Universidade de Fortaleza

Cláudio André Gondim Nogueira - claudioandre@unifor.br

Resumo

O índice de governança mundial (WGI), desenvolvido pelo Banco Mundial, surgiu com a finalidade de avaliar e averiguar, de uma forma relativa, quais nações exercem uma melhor ou pior governança. Este estudo avalia o desempenho relativo dos países por meio de um novo índice de governança, baseado no WGI, do período de 2000 a 2015, utilizando abordagens estatísticas, tal como: análise dos componentes principais, análise de clusters (agrupamentos) e análise de ranking e transições. Os resultados apontam que os países nórdicos apresentam as melhores classificações com o novo índice, enquanto os países africanos e asiáticos concentram os índices menos evoluídos. Também identificou-se que os benefícios esperados com a implementação da governança não estão sendo efetivamente entregues a 53,52% da população mundial, e é pequena a mobilidade dos países entre quatro grupos identificados. Tais resultados sinalizam a importância da inclusão da governança na agenda dos países, no âmbito das políticas públicas.





Avaliação Longitudinal do Desempenho dos Países com Base nos Indicadores de Governança Mundial

Resumo

O índice de governança mundial (WGI), desenvolvido pelo Banco Mundial, surgiu com a finalidade de avaliar e averiguar, de uma forma relativa, quais nações exercem uma melhor ou pior governança. Este estudo avalia o desempenho relativo dos países por meio de um novo índice de governança, baseado no WGI, do período de 2000 a 2015, utilizando abordagens estatísticas, tal como: análise dos componentes principais, análise de *clusters* (agrupamentos) e análise de ranking e transições. Os resultados apontam que os países nórdicos apresentam as melhores classificações com o novo índice, enquanto os países africanos e asiáticos concentram os índices menos evoluídos. Também identificou-se que os benefícios esperados com a implementação da governança não estão sendo efetivamente entregues a 53,52% da população mundial, e é pequena a mobilidade dos países entre quatro grupos identificados. Tais resultados sinalizam a importância da inclusão da governança na agenda dos países, no âmbito das políticas públicas.

Palavras-chave: Administração pública. Governança. Indicador de governança. Análise de *clusters*. Análise de *ranking*.

1 Introdução

Os Estados existem com o propósito de entregar bens e serviços públicos (Rotberg, 2002), e ao executar efetivamente seu objetivo em benefício do seu povo, aplica-se então a governança pública (Besançon, 2003). Neste sentido, o conceito de boa governança é associado à efetividade das ações governamentais, ou seja, à qualidade de um governo (Holmberg, Rothstein, & Nasiritousi, 2009), que por sua vez é um dos principais determinantes associados ao bem-estar de um povo (Charron, Dijkstra, & Lapuente, 2014).

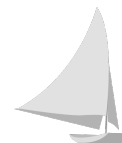
Os países comprometidos com os novos objetivos de desenvolvimento sustentável globais também destacam a boa governança como essencial para o desenvolvimento sustentável e à erradicação da pobreza e da fome do mundo, juntamente com a adoção da democracia e do Estado de Direito (Banco Mundial, 2015; Gisselquist, 2012).

Estudos como os de Gamlath (2013), Kaufmann, Kraay e Zoido (1999), Nandha e Smyth (2013), Ukwandu e Jarbandhan (2016) destacam os impactos positivos da boa governança no desenvolvimento de uma nação e nas suas atividades econômicas e bem-estar social.

Holmberg, Rothstein e Nasiritousi (2009) identificam a necessidade de pesquisas sobre governança considerando principalmente diferentes cenários políticos, econômicos e culturais, considerando ser de extrema relevância a identificação do contexto específico de cada país e o histórico da sua evolução ao longo do tempo.

Para Charron, Dijkstra e Lapuente (2014), um estudo descritivo que avalie a qualidade de um governo por meio do uso de um indicador de governança consistente e o posicione em relação a outras nações contribui para a compreensão da variação existente entre países e fornece uma ferramenta valiosa para futuros estudos comparativos entre países.

Considerando que a boa governança é um dos principais determinantes no bem-estar social de uma nação, que contribui para o desenvolvimento sustentável, erradicação da pobreza e da fome de um povo (Banco Mundial, 2015; Gisselquist, 2012) e que se faz



necessário o estudo desta governança identificando o contexto em que o país está inserido e sua posição frente aos demais países, elaborou-se o seguinte problema de pesquisa: Qual o desempenho relativo dos países com base nos indicadores de governança mundial? Neste intuito, o objetivo desta pesquisa é identificar o desempenho relativo de 182 países mapeados pelo Banco Mundial, por meio da análise de um novo indicador de governança dos países [IGP] representando os indicadores de governança mundial do período de 2000 a 2015. Neste sentido, analisa-se o desempenho da governança em um sentido amplo, englobando as seis dimensões do WGI. Como objetivos específicos destacam-se:

1. Identificar a possibilidade de utilização de um índice de governança dos países que represente os indicadores de governança mundial para os anos 2000, 2005, 2010 e 2015;
2. Discutir sobre o *ranking* dos países baseado no novo índice construído;
3. Identificar grupos de países que representem características de governança semelhantes dentro da amostra;
4. Acompanhar a mobilidade dos países, suas transições, dentre os grupos identificados no período de 2000 a 2015.

O resultado deste estudo possibilitará a geração de conhecimento a partir dos dados elaborados pelo Banco Mundial, e contribuirá de forma prática para implementações de ajustes das políticas públicas empregadas em cada país. Ademais, contribuirá como ferramenta norteadora para acompanhamento dos planos de governo com incremento da participação da sociedade civil. Também apresenta relevância prática para futuros investidores, bancos de desenvolvimento, agências de ajuda internacional e organizações não governamentais, fornecendo valiosas informações sobre o nível de comprometimento de cada país com a boa governança para futura tomada de decisão.

Em relação à relevância social, este estudo reforça a importância da promoção da boa governança para crescimento do bem-estar social de um povo e contribui estimulando o debate sobre governança.

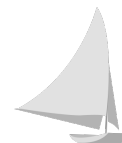
Além do caráter prático e social, merece destaque a sua relevância metodológica por apresentar um modelo que possibilita uma análise crítica do retrato de cada país frente à medição da sua governança, descrevendo aspectos da sua evolução do ano 2000 a 2015, disponibilizando insumos para futuras pesquisas.

2 Fundamentação Teórica

2.1 Medição de governança

A governança é o termo usado para descrever a tensa interação entre os cidadãos e seus governantes e os vários meios pelos quais os governos podem atender os anseios dos seus cidadãos (Rotberg, 2004). Além dos interesses dos cidadãos e da sociedade civil, a governança também envolve o aspecto de tomada de decisão relacionadas a políticas públicas por parte dos governos (Halligan, Sarrico, & Rhodes, 2012).

Os gestores públicos fazem uso da medição de desempenho para identificar medidas úteis para atingir seus objetivos gerenciais (Behn, 2003). Neste sentido, à medida que a atenção se volta para o impacto da governança no desenvolvimento econômico, se fez evidente a necessidade de medidas de qualidade da governança para estabelecer políticas ou conduzir análises (Thomas, 2010). Acredita-se que instrumentos para medir o desempenho da governança podem contribuir para a adoção de novas abordagens e fornecer informações em apoio a decisões de políticas públicas, e estes estão se tornando prioridades na agenda de políticas públicas (Secco, Re, Pettenella, & Ggatto, 2014).



Investidores, instituições internacionais, agências de desenvolvimento e financiamento, além de doadores internacionais, incorporaram fortemente o conceito de governança e fazem uso de indicadores para medir as diferentes dimensões das instituições e suas governanças, a fim de apoiá-los em suas decisões de concessão de valores tal como em suas avaliações e programação (Renzi, 2016), uma vez que medir objetivamente a governança pode levar à melhoria do bem-estar de uma população e ao aumento de rigor nas discussões realizadas pelas comunidades políticas e acadêmicas e pela sociedade civil (Bensaçon, 2003).

Há um número crescente de novas ferramentas e medidas relacionadas à governança (Renzi, 2016). O estudo desenvolvido por Bensaçon (2003), por exemplo, identifica 47 diferentes tipos de indicadores capazes de medir dimensões da governança. Já Arndt e Oman (2006), Charron, Dijkstra e Lapuente (2014) e Bensaçon (2003) consideram, dentre as opções existentes, o WGI, elaborado pelo Banco Mundial, como o índice mais compreensível e apropriado para uso.

2.2 Estudos desenvolvidos

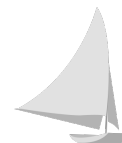
Estudo como o de Zielenkiewicz (2014) analisou o relacionamento entre indicador do ambiente institucional, por meio dos WGIs e indicadores de desenvolvimento socioeconômico, representado pelo índice de sociedade sustentável (*Sustainable Society Index* - SSI). Os resultados apontam que existem indícios de uma relação positiva entre uma boa governança e o desenvolvimento socioeconômico.

Malul, Hadad e Ben-Yair (2009) consideraram além dos aspectos econômicos e sociais, o aspecto ambiental. Neste estudo, foram identificados dois grupos: países desenvolvidos e em desenvolvimento, e como resultado apresentaram que os métodos de classificação convencional, como o Índice de Desenvolvimento Humano [IDH] e Produto Interno Bruto *per capita* [PIBpc] somente poderiam ser usados para representar a eficiência dos países desenvolvidos. Nos países em desenvolvimento, os índices mais altos de IDH ou PIBpc não indicam necessariamente eficiência. De acordo com Rotberg (2004), para melhorar os aspectos de governança e a eficácia dos países em desenvolvimento é crucial que o desenvolvimento econômico seja promovido aliado à redução do potencial de conflitos locais e globais.

Estudo realizado por Charron, Dijkstra e Lapuente (2014) analisa a Qualidade do Governo [QoG] utilizando o Indicador de Governança Europeia [EQI] em conjunto com os Indicadores de Governança Mundial [WGI] em 172 regiões, distribuídas em 27 países da União Europeia. Aplicando uma análise de conglomerado (*cluster*), o estudo identificou uma variação significativa entre quatro grupos distintos, mesmo os países estando em regiões altamente desenvolvidas.

Estudo de Sturza (2016) propõe a criação de um novo índice, alternativo ao WGI, que represente uma medida de desempenho de governança para os países composto por dez diferentes dimensões e realiza detalhada análise de *ranking* identificando como resultado a relação dos países mais desenvolvidos aos que obtiveram melhores posições com o novo índice proposto. Ressalta também que fenômenos negativos, como guerras ou crises, podem acentuar a queda de posições no *ranking* de governança.

Similar à proposta deste trabalho, embora tendo o olhar voltado à esfera municipal, estudo desenvolvido por Nogueira e Medeiros (2017) reforça a necessidade de considerar as desigualdades regionais e municipais, no âmbito das políticas públicas, para que esforços sejam direcionados para posições relativamente menos favoráveis.



Entendendo a importância da medição da governança na busca constante da melhoria do bem-estar, esta pesquisa surge investigando o desempenho relativo dos 182 países e disponibilizando informações no período de 15 anos como referencial para futuras pesquisas sobre a evolução da governança.

3 Metodologia

Este estudo de caráter descritivo faz uso da análise multivariada de dados, utilizando os dados dos indicadores de governança mundial (WGI) divulgados pelo Banco Mundial em 182 países do período de 2000 a 2015. Os indicadores WGI são classificados em seis dimensões: voz e responsabilização, estabilidade política, eficácia do governo, qualidade regulatória, estado de direito e controle da corrupção. Este estudo cobre um período de 15 anos, considerando em sua análise os dados de quatro anos distintos, 2000, 2005, 2010 e 2015.

Primeiramente, faz-se uso de análise fatorial por meio da técnica dos componentes principais, visando construção de um novo índice de governança dos países IGP. Analisa-se a adequabilidade dos dados ao método, por meio dos testes de esfericidade de *Bartlett* e critério KMO (*Kaiser-Meyer-Olkin*) (Bezerra, 2007; Hair et al., 2009; Julião; Lima, 2016). Como os escores fatoriais são variáveis padronizadas, tendo valores positivos e negativos, aplica-se a transformação da variável IGP, obtendo-se assim uma variável padronizada IGP* limitada entre os valores de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, mais elevado o padrão global de governança (Julião; Lima, 2016).

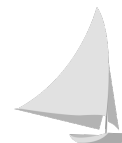
A próxima abordagem trata-se da análise de ranking, ordenando os países pela variável IGP*, possibilitando uma avaliação direta das posições relativas e das movimentações sofridas pelos países ao longo do período analisado. Técnicas estatísticas como a Correlação Ordinal de *Spearman* e o Coeficiente de Concordância de *Kendall* avaliam se há mobilidade significativa e assim verificam a tendência de alteração de posições relativas dos países ao longo do período em análise (Bisquerra; Sarriera; Martinez, 2004; Mehta; Patel, 2012; Nogueira; Medeiros, 2017).

A terceira abordagem trata-se da análise de *clusters*, agrupando os 182 países em grupos distintos com características semelhantes para cada um dos anos considerados na análise. O número ótimo de agrupamentos para a amostra foi identificado por meio da técnica de *cluster* hierárquicos (procedimento *furthest neighborhood*) (Pohlmann, 2007; Nogueira et al., 2012), utilizando na análise a distância euclidiana e distância euclidiana ao quadrado como medidas de similaridade (Nogueira et al., 2012). Por meio da técnica de *cluster* não-hierárquicos (procedimento *k-means*), os grupos foram determinados.

Por fim, a quarta e última abordagem diz respeito à identificação da probabilidade da mobilidade de países entre os grupos ao longo do tempo, por meio de uma matriz de transição (Matt; Andrade, 2017; Nogueira; Medeiros, 2017).

4 Resultados e Discussão

No intuito da construção de um novo índice de governança dos países foi empregada a abordagem estatística análise fatorial por meio da técnica dos componentes principais. A princípio, verificou-se a adequabilidade dos dados para o uso do método análise fatorial mediante o teste de esfericidade de *Bartlett* e o critério KMO. Os valores obtidos de KMO para cada um dos anos analisados foram acima de 0,800, indicando uma boa adequação de possibilidades de tratamento dos dados com a análise fatorial. Além disso, também foram



observados os resultados do teste de esfericidade de *Bartlett*, rejeitando a hipótese nula de que a matriz de correlação é uma matriz identidade, para um nível de significância de 1%, o que permite assim confirmar o uso do método de análise fatorial.

Em seguida, realiza-se a análise com os números de fatores iguais ao número de variáveis do WGI, seis, com o propósito de verificar qual o percentual da variabilidade dos dados é explicado por cada fator. Na Tabela 1, usando o método dos componentes principais, são apresentados os autovalores e o percentual de explicação pertinente a cada fator em relação à variabilidade total para os anos 2000, 2005, 2010 e 2015.

Tabela 1

Componentes principais, autovalores e percentual de variância dos componentes para 2000 e 2005

CP	2000		2005		2010		2015	
	Autovalor	% VCP	Autovalor	% VCP	Autovalor	% VCP	Autovalor	% VCP
1	5,225	87,078	5,295	88,258	5,102	85,035	5,086	84,763
2	0,316	5,27	0,364	6,061	0,419	6,977	0,394	6,563
3	0,248	4,125	0,193	3,216	0,278	4,639	0,328	5,467
4	0,128	2,14	0,084	1,393	0,128	2,132	0,113	1,881
5	0,045	0,746	0,036	0,592	0,044	0,725	0,055	0,911
6	0,038	0,641	0,029	0,479	0,030	0,492	0,025	0,414

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 1 apresenta em negrito os autovalores para todos os períodos com valores acima de um, identificando que somente um componente já explica as seis variáveis utilizadas no modelo. O percentual de variância dos componentes para 2000, 2005, 2010 e 2015 apresentam grau de representatividade maiores que 70%, reforçando a utilização de um único componente no modelo (Bezerra, 2007). Pode-se afirmar com base na análise dos autovalores que o componente principal 1 resume a variação dos dados de maneira eficiente, e este será tratado como variável IGP neste estudo.

Como os escores fatoriais são variáveis padronizadas, se faz necessária a transformação da variável IGP, gerando assim uma variável padronizada IGP* com valores variando de 0 a 1. Finalmente, os valores para o IGP* para os 182 países nos anos 2000, 2005, 2010 e 2015 são gerados.

4.1 Análise de conglomerados

Tendo disponível a variável IGP*, é possível então executar o procedimento de análise de *cluster* com o propósito de identificar subgrupos dentro da amostra analisada. Primeiramente, utilizando-se do procedimento *furthest neighborhood* e da distância euclidiana e da distância euclidiana ao quadrado como medidas de similaridade, foi realizada análise de *cluster* hierárquicos, para definição do número do possível de agrupamentos para a amostra, obtendo-se uma sugestão de quatro grupos distintos.

Por meio da Análise de Variância [ANOVA], foram verificadas as diferenças entre os grupos, considerando os fatores estimados como variáveis dependentes e os agrupamentos identificados. Com base nos resultados, é possível identificar que os valores das estatísticas F foram significativas, o que confirma a diferença entre as médias de cada grupo. Por fim, por meio da técnica de *cluster* não-hierárquicos (procedimento *k-means*), os grupos foram determinados.

Com base nos dados apresentados na Tabela 2, é possível perceber que não houve considerável alteração no quantitativo dos países distribuídos no *cluster* 1 nos 15 anos analisados. Este comportamento, entretanto, não ocorreu para os *cluster* 2, *cluster* 3 e *cluster* 4, havendo alterações consideráveis na frequência de cada grupo.

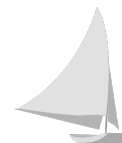


Tabela 2

Distribuição dos países entre os clusters nos anos 2000, 2005, 2010 e 2015

Anos	Clusters							
	1		2		3		4	
	Freq.	Média	Freq.	Média	Freq.	Média	Freq.	Média
2000	31	0,8858	51	0,6136	62	0,3981	38	0,2051
2005	31	0,8848	38	0,6624	66	0,4294	47	0,2277
2010	28	0,9064	45	0,6783	68	0,4535	41	0,2660
2015	28	0,9026	42	0,6674	81	0,4218	31	0,2087

Fonte: Dados da pesquisa.

A distribuição dos países por *clusters* e por continentes para o último ano analisado neste estudo, 2015, mostra uma forte concentração de países Europeus nos dois *clusters* melhor posicionados, enquanto os países Africanos e Asiáticos encontram-se concentrados nos dois *clusters* com índices menos evoluídos (Sturza, 2016). A Oceania seria o único continente com uma distribuição mais igualitária entre os *clusters*. Os países Asiáticos têm pouca representatividade no primeiro *cluster*. Destaque para países como Estados Unidos, Canadá, Chile, Hong Kong, Japão e Singapura dentro do *cluster* 1, diferenciando-se do padrão assumido pelo continente do qual pertencem.

A Tabela 3 apresenta os resultados obtidos para os dez países mais populosos do mundo, representando 57,8% da população mundial. Sete dos dez países encontram-se classificados no *cluster* 3 e dois dos dez países no *cluster* 4, indicando assim que os benefícios esperados com a implementação da governança não estão sendo entregues efetivamente a 53,52% da população mundial. Os Estados Unidos da América apresentam-se como o único país pertencente ao *cluster* 1, enquanto China (18,54%) e Índia (17,74%) encontram-se com índices dentro do *cluster* 3.

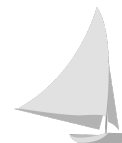
Tabela 3

Resultados dos dez países mais populosos nos anos 2000, 2005, 2010 e 2015

Países	População	%	2000		2005		2010		2015	
			#	Cluster	#	Cluster	#	Cluster	#	Cluster
China	1.415.045.928	18,54%	111	3	123	3	119	3	115	3
Índia	1.354.051.854	17,74%	89	3	86	3	91	3	88	3
Estados Unidos	326.766.748	4,28%	16	1	22	1	22	1	22	1
Indonésia	266.794.980	3,50%	135	3	134	3	112	3	100	3
Brasil	210.867.954	2,76%	73	2	78	3	70	2	82	3
Paquistão	200.813.818	2,63%	150	4	147	4	159	4	158	4
Nigéria	195.875.237	2,57%	157	4	158	4	163	4	161	4
Bangladesh	166.368.149	2,18%	136	3	159	4	143	4	146	3
Rússia	143.964.709	1,89%	146	4	132	3	138	3	140	3
México	130.759.074	1,71%	82	2	82	3	84	3	94	3

Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando a distribuição dos países nos principais grupos econômicos da atualidade: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico [OCDE], G7, União Européia e ao grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS), identifica-se que os países membros da OCDE são enquadrados dentro dos *cluster* 1 e *cluster* 2, tendo como exceção somente o México e a Turquia, destacando o compromisso e o trabalho efetivo da OCDE junto aos países membros na disseminação das práticas de governança e forte acompanhamento e controle de seus resultados (OCDE, 2018). Já o G7, representando os países mais industrializados e desenvolvidos economicamente do mundo, posiciona a grande maioria dos seus membros no *cluster* 1, reforçando os estudos que relacionam a governança ao desenvolvimento econômico, como os de Sturza (2016), Zielenkiewicz (2014) e Charron,



Dijkstra e Lapuente (2014). Tal análise também apresenta os resultados dos países membros da União Europeia, classificados dentro dos *cluster* 1 e 2, reforçando estudo como os de Zielenkiewicz (2014) e Sturza (2016), que apontam os países europeus, principalmente os países nórdicos com os mais elevados índices de governança. Já os países em desenvolvimento, membros do BRICS, enquadram-se predominantemente no *cluster* 3, com exceção da África do Sul, que já pertence ao *cluster* 2.

4.2 Ranking

Os dez países melhor posicionados para os anos 2000, 2005, 2010 e 2015 estão ordenados na Tabela 4. Nota-se que a grande maioria dos países se repete no período de 15 anos, havendo pequenas alterações do valor do índice de um período para o outro. Destacam-se os países europeus, mais especificadamente os países nórdicos, sempre presentes nos quatro anos analisados (Sturza, 2016). Canadá, situado no continente norte americano, e Singapura, situada no continente asiático, apresentam-se como exceção dentre os países melhor classificados com o novo índice gerado. Esses dois países também apresentaram destaque no estudo realizado por Charron, Dijkstra e Lapuente (2014), por apresentarem resultados semelhantes aos países europeus melhores classificados. Nota-se, também, que o Canadá é o único representante do G7 (grupo que representa os países mais industrializados e desenvolvidos economicamente do mundo).

Tabela 4

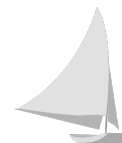
Lista dos dez países com os maiores índices de governança nos anos 2000, 2005, 2010 e 2015

País	IGP* 2000	País	IGP* 2005	País	IGP* 2010	País	IGP* 2015
Finlândia	1,0000	Finlândia	1,0000	Finlândia	1,0000	Nova Zelândia	1,0000
Holanda	0,9906	Dinamarca	0,9787	Dinamarca	0,9889	Suíça	0,9816
Dinamarca	0,9741	Islândia	0,9787	Nova Zelândia	0,9778	Finlândia	0,9770
Suíça	0,9718	Nova Zelândia	0,9574	Suécia	0,9756	Noruega	0,9747
Luxemburgo	0,9671	Noruega	0,9504	Luxemburgo	0,9667	Suécia	0,9700
Islândia	0,9647	Suécia	0,9480	Noruega	0,9667	Dinamarca	0,9631
Nova Zelândia	0,9529	Suíça	0,9480	Suíça	0,9601	Luxemburgo	0,9631
Suécia	0,9506	Holanda	0,9433	Liechtenstein	0,9468	Canada	0,9493
Noruega	0,9365	Luxemburgo	0,9338	Holanda	0,9468	Holanda	0,9493
Canada	0,9294	Áustria	0,9243	Canada	0,9424	Singapore	0,9378

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao analisar os países com pior classificação nos períodos investigados, identifica-se em sua maioria são países localizados na África e Ásia, tendo como exceção a Venezuela, localizada na América do Sul, para os anos 2010 e 2015. Guerras civis, crises humanitárias, regimes autoritários e grandes catástrofes naturais são características comuns dentre os países localizados no final do *ranking* do novo índice de governança, visto os casos do Iêmen, Líbia e Síria (Sturza, 2016).

Observou-se também no período analisado um considerável avanço de 90 posições para sérvia e Ruanda. A Sérvia apresenta uma evolução constante entre os períodos analisados, o que indica suas ações no intuito da restauração de sua autonomia e democracia. Já a Ruanda, apresenta por meio deste indicador, o resultado de suas ações relacionadas à economia e à integração. Em contrapartida, o Egito e a Mauritânia perderam consideráveis 52 posições no *ranking*, em consequência dos movimentos sociais como golpes de governo contra regimes autoritários e presença de organizações extremistas respectivamente (Fawzy, 2012, & Boukhars, 2016).



É importante destacar, que é muito difícil inferir as razões específicas de cada uma das variações acima mencionadas, pois o indicador representa um componente gerado a partir de outros indicadores, podendo esse tema ser coberto em futuros estudos.

4.3 Matriz de transição

As matrizes de transição foram desenvolvidas de um período para o outro da pesquisa no intuito de identificar a probabilidade de um país permanecer ou mudar de agrupamento. Também foi analisado o período completo da pesquisa que inicia em 2000 e termina em 2015.

Tabela 5
Matriz de Transição de 2000 a 2005

		Cluster 2005			
		1	2	3	4
Cluster 2000	1	0,9355	0,0645	0,0000	0,0000
	2	0,0392	0,7059	0,2549	0,0000
	3	0,0000	0,0000	0,8065	0,1935
	4	0,0000	0,0000	0,0789	0,9211

Fontes: Dados da Pesquisa.

Tabela 6
Matriz de Transição de 2005 a 2010

		Cluster 2010			
		1	2	3	4
Cluster 2005	1	0,8387	0,1613	0,0000	0,0000
	2	0,0526	0,9474	0,0000	0,0000
	3	0,0000	0,0606	0,9091	0,0303
	4	0,0000	0,0000	0,1702	0,8298

Fontes: Dados da Pesquisa.

Tabela 7
Matriz de Transição de 2010 a 2015

		Cluster 2015			
		1	2	3	4
Cluster 2010	1	0,9643	0,0357	0,0000	0,0000
	2	0,0222	0,8667	0,1111	0,0000
	3	0,0000	0,0294	0,9559	0,0147
	4	0,0000	0,0000	0,2683	0,7317

Fontes: Dados da Pesquisa.

Tabela 8
Matriz de Transição de 2000 a 2015

		Cluster 2015			
		1	2	3	4
Cluster 2000	1	0,8710	0,1290	0,0000	0,0000
	2	0,0196	0,7059	0,2745	0,0000
	3	0,0000	0,0323	0,8871	0,0806
	4	0,0000	0,0000	0,3158	0,6842

Fontes: Dados da Pesquisa.

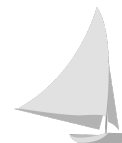
Conforme descrito nas Tabelas 5, 6 e 7, a probabilidade de um país permanecer no mesmo grupo no período de cinco anos é elevada. Ao ser observado o período de 15 anos, conforme Tabela 8, identifica-se um incremento nas probabilidades de movimentação entre grupos, sendo esta movimentação ascendente ou descendente. Não foi observado nenhum caso de movimentação de países que tenha avançado ou recuado além de um nível de grupo.

Como limitação da pesquisa, cita-se, a comparação entre os países desconsiderando aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais, elaborando-se o *ranking* e os *clusters* exclusivamente com os resultados identificados no indicador de governança dos países.

5 Conclusão

Este estudo retrata o desempenho da governança relativo dos países com base no IGP*, e identifica uma variância significativa do IGP* dentro de um mesmo continente. Esta variância diminui se considerado grupos econômicos, apresentando padrões similares.

Há uma forte concentração de países Europeus nos dois *clusters* melhor posicionados. Os países nórdicos, em especial, apresentam as melhores classificações com o novo índice. Em contrapartida, enquadrados com as piores colocações encontram-se países da África e Ásia. Guerra civil, crises humanitárias, regimes autoritários e grandes catástrofes naturais identificam características comuns dentre os países localizados no final do *ranking* do novo indicador de governança dos países.

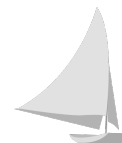


A análise do desempenho dos países membros dos principais grupos econômicos da atualidade: OCDE, G7, União Européia e BRICS, demonstram que os países mais industrializados e desenvolvidos apresentam melhor desempenho relativo se comparado aos países em desenvolvimento. Tais resultados sinalizam a importância da inclusão da governança na agenda dos países em desenvolvimento, no âmbito das políticas públicas.

Os resultados acima descritos identificam diferenças significativas entre os 182 países analisados e sinalizam que esforços devem ser direcionados a fim de se promover uma boa governança dentre os países com fracos resultados. Dentre os quinze anos analisados, observou-se pouca movimentação dentre os grupos identificados, indicando que os resultados desses esforços serão sentidos em longo prazo, visto que simbolizam mudanças institucionais consideradas complexas. Para pesquisas futuras, sugere-se a utilização do indicador de governança dos países proposto para estudo de países individualizados, comparando-o a outros países ou blocos, considerando os aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais.

Referências

- Arndt, C., & Oman, C. (2006). *Uses and Abuses of Governance Indicators*. Paris: Organization for Economic Cooperation and Development (OECD) Publishing.
- Banco Mundial. (2015). *Transforming Our World, the 2030 Agenda for Sustainable Development*. General Assembly Resolution A/RES/70/1. Recuperado em 23 março, 2018, de <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20or%20Sustainable%20Development%20web.pdf>.
- Banco Mundial. (2018). *Worldwide Governance Indicators*. Recuperado em 7 março, 2018, de <http://info.worldbank.org/governance/wgi/#doc>
- Behn, R. (2003) Why Measure Performance? Different Purposes Require Different Measures. *Public Administration Review*, 63(5), 586-606.
- Bensançon, M. (2003). Good Governance Rankings: The Art of Measurement. *World Peace Foundation Reports*, 36, Program on Intrastate Conflict and Conflict Resolution, John F. Kennedy School of Government, Harvard University Cambridge, Massachusetts.
- Bezerra, F. A. (2007). Análise fatorial. In Corrêa, L. J., Paulo, E., & Dias Filho, J. M. *Análise multivariada: para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia*. São Paulo: Atlas.
- Bisqueria, R., Sarriera, J. C., & Martinez, F. (2004). *Introdução à Estatística: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS*. Porto Alegre: Artmed.
- Boukhars, A. (2016). Mauritania's Precarious Stability and Islamist Undercurrent. Carnegie Endowment for International Peace. Recuperado em 1 agosto, 2018, de https://carnegieendowment.org/files/CEIP_CP266_Boukhars_Final.pdf
- Charron, N., Dijkstra, L., & Lapuente, V. (2014). Regional Governance Matters: Quality of Government within European Union Member States. *Regional Studies*, 48(1), 68-90.
- Fawzy, S. (2012). Accumulative Bad Governance. *IDS Bulletin*, 43(1), 54-61.
- Gamlath, S. (2013). The governance dimension of human development. *Humanomics*, 29(4), 240-259. 2013.
- Gisselquist, R. M. (2012). *What Does Good Governance Mean?* WIDER Angle.
- Hair, J., Black, W., Babin, B., Anderson, R., & Tatham, R. (2009). *Análise Multivariada de Dados* (6a ed.). Bookman Companhia Editora Ltda.
- Halligan, J., Sarrico, C., & Rhodes, M. (2012). On the road to performance governance in the public domain? *International Journal of Productivity and Performance Management*, 61(3), 224-234.



- Holmberg, S., Rothstein, B., & Nasiritousi, N. (2009). Quality of Government: What You Get. *Annual Review of Political Science*, 12, 135-161.
- Julião, C. C., & Lima, J. E. (2016). Índice de Vulnerabilidade Social: uma aplicação de análise fatorial para classificar os municípios pernambucanos. *Anais do Enaber*, Aracaju, Brasil, 14.
- Kaufmann, D., Kraay, A., & Zoido, P. (1999). *Aggregating Governance Indicators*. World Bank Policy Research Working Paper No. 2195. Recuperado em 13 dezembro, 2017, de <http://info.worldbank.org/governance/wgi/pdf/govind.pdf>.
- Malul, M., Hadad, Y., & Ben-Yair, A. (2009). Measuring and ranking of economic, environmental and social efficiency of countries. *International Journal of Social Economics*, 36(8), 832-843.
- Matt, R., & Andrade, L. (2017). Metodologia de estimação de matrizes de migração de ratings incondicionais para carteiras com escassez de observações de transição de estados. *Revista do BNDES*, 48, 53-102.
- Mehta, C. R., & Patel, N. R. (2012). *IBM SPSS exact tests*. IBM/SPSS.
- Nandha, M., & Smyth, R. (2013). *Quality of governance and human development*. Recuperado em 7 fevereiro, 2018, de <https://ssrn.com/abstract=2360898>.
- Nogueira, C. A., & Medeiros, C. (2017). Índice de Desenvolvimento municipal (IDM): Uma análise comparativa das distribuições dos municípios cearenses. *IPECE Informe*, 120. Recuperado em 3 maio, 2018, de http://www.ipece.ce.gov.br/informe/ipece_informe_120_10_Novembro_2017.pdf.
- Nogueira, C. A., Mota, M., Almeida, F. Lima, P., & Moura, H. (2012). Uma análise avaliativa e comportamental dos consumidores do setor de telefonia móvel antes e depois da portabilidade numérica. *BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, 9(4), 340-356.
- Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2018). *Governança Pública*. Recuperado em 4 julho, 2018, de <http://www.oecd.org/governance/>
- Pohlmann, M. C. (2007). Análise de conglomerados. In Corrar, L. J., Paulo, E., & Dias Filho, J. M. *Análise multivariada: para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia*. São Paulo: Atlas.
- Renzio, P. (2016). The Quiet Power of Indicators: Measuring Governance, Corruption and Rule of Law. *Governance*, 9(2), 281-282.
- Rotberg, R. (2002). The New of Nation-State Failure. *The Washington Quarterly*, 25(3), 85-96.
- Rotberg, R. (2004). Strengthening Governance: Ranking Countries Would Help. *Washington Quarterly*, 28(1), 71-81.
- Secco, L., Re, R., Pettenella, D., & Gatto, P. (2014). Why and how to measure forest governance at local level: A set of indicators. *Forest Policy and Economics*, 49, 57-71.
- Sturza, A. (2016). The smart governance index - a new alternative to the world governance index. *Journal of Public Administration, Finance & Law*, 10, 93-104.
- Thomas, M. (2010). What Do the Worldwide Governance Indicators Measure? *The European Journal of Development Research*, 22(1), 31-54.
- Ukwandu, D., & Jarbandhan, D. (2016). Exploring the relationship between good governance and development in Sub-Saharan Africa. *African Journal of Public Affairs*, 9(4), 20-37.
- Zielenkiewicz, M. (2014). Institutional Environment in the Context of Development of Sustainable Society in the European Union Countries, Equilibrium. *Quarterly Journal of Economics and Economic Policy*, 9(1), 21-37.